

Projeto PNUMA nº 615.3 (Brazil Project): Produção e Consumo Sustentáveis

**Consultoria técnica para elaboração de planejamento estratégico para o
Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis**

PRODUTO 3

**Relatório das oficinas de reestruturação e priorização das estratégias dos
eixos do PPCS.**

**Item 1 – Desenvolvimento da oficina aberta sobre Produção e Consumo
Sustentáveis**

CONSULTOR

João de Jesus da Costa

PRODUTO 3 – Relatório das oficinas de reestruturação e priorização das estratégias dos eixos do PPCS.

Apresentação

Este produto integra a consultoria técnica especializada para a elaboração de planejamento estratégico para o Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis (CGPCS), que tem como objetivo geral fortalecer essa instância colegiada, dotando-a de estrutura e estratégia para sua sustentabilidade a médio e longo prazos.

Será composto por 5 itens, a saber:

1. Relatório da Oficina Aberta sobre Produção e Consumo Sustentáveis;
2. Subsídios utilizados para a discussão na Oficina Aberta sobre PCS;
3. Resultados da Oficina Aberta sobre PCS;
4. Glossário de termos utilizados durante a Oficina Aberta sobre PCS;
5. Sugestão de priorização das propostas de ação para os Eixos Temáticos do PPCS.

Este documento contém o Item 1. Os demais itens serão apresentados em outros arquivos digitais.

Item 1 – Relatório da Oficina Aberta sobre Produção e Consumo Sustentáveis

Informações gerais

Data: 18 e 19 de outubro de 2018.

Local: Auditório Ipê Amarelo e salas 929 e 931, sede do MMA, Brasília/DF.

Equipe de mediação: João de Jesus da Costa, Lara Montenegro, Mariana Barbosa Barreiros Rubinello e Naiara Campos.

Apoio: Jéssica Caetano Reis e Gustavo Xudré Brito (DPCS/SAIC/MMA) e Clara Cardoso Ferreira Costa (consultoria).

Público: Organizações integrantes do Comitê Gestor; Sistema MMA; Colegiados vinculados à temática PCS; Governo Federal; Poderes Legislativo e Judiciário; Ministério Público; Organizações da sociedade civil que atuam com a temática PCS; Organismos internacionais.

Participantes:

NOME	ORGANIZAÇÃO	1º DIA	2º DIA
1. Adeilton Santos Moura	DPCS/SAIC/MMA	X	
2. Alessandra Beine Lacerda	CBIC	X	
3. Alexandre Seabra	Diretor de Relações Institucionais da Abras	X	X
4. Ana Luiza Dariós	Assessora da Abras	X	X
5. Ana Márcia Faria Valadão	Coordenação-Geral de Turismo Responsável/MTur	X	X
6. Ana Prata Girão	MDIC		X
7. Andréa Santini Henriques	Dconf/Inmetro	X	
8. Antônio José Juliani	MDIC	X	
9. Cibele Dutra de França	CGEMA/DGAD/SNTTA/MTPA	X	X
10. Danielle Abud	NCAS/Senado Federal	X	X
11. Débora Pereira da Silva	DPDS/MRE	X	X
12. Érico Pagoto	USP	X	X
13. Fani Mamede	CGEMA/DGAD/SNTTA/MTPA		X
14. Fernanda Altoé Daltro	ONU Meio Ambiente		X
15. Fernanda Mujica Pedrosa Aragão	UNITEC/SENAI	X	
16. Geraldo Sandoval Góes	DRH/SRHQ/MMA	X	
17. Gilmar Henz	Embrapa	X	X
18. Gláucia Chaves	ASCOM/MMA	X	
19. Gustavo dos Anjos	SECEX/MMA	X	
20. Humberto Mesquita	Gerente Executivo do SFB	X	X
21. João Batista Drummond Câmara	COREM/CGQUA/DIQUA Ibama	X	X
22. José Antonio Sena do Nascimento	DGC/CREN/IBGE	X	X
23. Julia Spinelli	GDIP/SNH/MCidades	X	X
24. Júlio Leite Cardoso	DEROP/COGES/Bacen	X	X
25. Luiz Fernando Ferreira	Bioma/Instituto Pacs	X	
26. Karin Kässmayer	NCAS/Senado Federal	X	
27. Marco Antonio Ramos Caminha	Departamento de Meio Ambiente da FIESP	X	

NOME	ORGANIZAÇÃO	1º DIA	2º DIA
28. Marcelo Chaves Moreira	DQAR/SRHQ/MMA.		X
29. Marcelo de Macedo Reis	DGE/SExec/MMA	X	
30. Marlucio Borges	Departamento de Meio Ambiente da FIESP	X	X
31. Maximiliano Lombardo	Unesco	X	
32. Miriam Barreto	SNAS/SEGOV/PR	X	
33. Pablo de Ávila Saldo	DPCS/SAIC/MMA	X	X
34. Paula Moraes Pereira	DECO/SBio/MMA	X	X
35. Rejane Pieratti	SAIC/MMA	X	X
36. Robson Rodrigues da Silva	COPROD/CGPT/DISAT/ICMBIO	X	X
37. Rodrigo Correa Ramiro	MP	X	
38. Sérgio Monforte	CNI	X	X
39. Sinara Leandra Silva Alves de Souza	Coordenação-Geral de Planejamento Territorial do Turismo/MTur	X	X
40. Thiago Oliveira Rodrigues	Coordenação de Tecnologias Aplicadas a Novos Produtos/IBICT	X	X
41. Vânia Tércia Freitas	ASIN/MMA.	X	

Desenvolvimento da oficina

A Oficina Aberta sobre Produção e Consumo Sustentáveis teve o objetivo principal de ampliar o diálogo para além dos participantes do CGPCS, bem como aprofundar as discussões em cada temática específica.

O processo de mobilização alcançou todas as organizações integrantes do Comitê Gestor e dezenas de organizações que atuam diretamente com a temática: setores internos do MMA que integram colegiados; outras instituições públicas federais e representações dos entes estaduais e municipais; poderes Legislativo e Judiciário, bem como o Ministério Público; organismos internacionais e organizações da sociedade civil que atuam com a temática.

Houve participação de 41 pessoas, representando 36 organizações públicas e privadas e setores internos do MMA.

A pauta incluiu: a) Agendas de Produção e Consumo Sustentáveis no Brasil e no mundo: PPCS, 10YFP e ODS 12; b) Sinergias na implementação da agenda PCS – políticas, planos e iniciativas afins; e c) Caminhos metodológicos para implementação da Agenda PCS – estratégias de curto, médio e longo prazos.

A programação foi iniciada com a apresentação do programa, da metodologia e das organizações presentes. Durante sua apresentação, as pessoas indicaram algumas iniciativas que estão em curso nas suas organizações em relação a PCS, conforme segue:

- Disseminação do painel ODS.
- Participação no Comitê Nacional de Combate à Perda e Desperdício de Alimentos.
- Trabalho com ODS 12, na parte de consumo sustentável.
- Construção de critérios de sustentabilidade das compras públicas.
- Capacitação em Agenda Ambiental da Administração Pública – A3P.
- Ações direcionadas à construção sustentável.
- Pesquisas acadêmicas na área de PCS.
- Programa de responsabilidade socioambiental.
- Educação financeira.
- Programa de Qualidade dos Componentes na Construção (ODS 12).
- Representação do Brasil nos espaços internacionais.
- Banco Nacional de Inventários do Ciclo de Vida.
- Suporte à Comissão Interministerial de Sustentabilidade na Administração Pública (CISAP).
- Programa de redução do desperdício nas indústrias.
- Produção de madeira de forma sustentável nas florestas, comercialização de madeira proveniente das concessões sustentáveis e certificação de madeira sustentável.
- Coleta seletiva dos resíduos nas empresas.
- Turismo responsável, com viés social.
- Contratações sustentáveis.
- Formação de gestores públicos na área de sustentabilidade.
- Guia de produção sustentável voltado para as empresas.
- Programas relacionados à sustentabilidade.
- Acompanhamento à Convenção sobre Diversidade Biológica – CDB.
- Construções sustentáveis.
- Gestão das Unidades de Conservação Federais.

Em seguida, houve duas saudações aos/às participantes, feita por Rejane Pieratti, Secretária Substituta de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental – SAIC/MMA, e Miriam Salete Barreto, Coordenadora Geral de Projetos Especiais – ODS, da Secretaria Nacional de Articulação Social – SNAS/SEGOV/PR.

A Secretária Rejane Pieratti disse que este evento faz uma ligação com a reorganização do Comitê Gestor de Produção e Consumo Sustentáveis e com as agendas internacionais, como o Quadro Decenal (10YFP). Essa ação não é uma iniciativa isolada do Brasil, mas faz parte de uma agenda global e envolve muitos atores. Afirmou que o Brasil vai dar um exemplo em termos de práticas de produção e consumo sustentáveis. Informou que, na semana passada, esteve em um evento em Buenos Aires para tratar de um dos eixos do PPCS que é Construções Sustentáveis. Adicionou que os ODS constituem um programa de governo, sendo que o ODS 12 abriga o PPCS – Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis. Informou que se conseguiu renovar um projeto de cooperação com a ONU Meio Ambiente para desenvolver vários produtos que apoiam essa agenda. Por conta de os ODS ganharem institucionalidade no Brasil, considerou que esse é o momento certo para fazer nossas intenções acontecerem. Informou que, por meio de um acordo de cooperação com a ANAMMA (Associação Nacional dos Órgãos Municipais de Meio Ambiente) foram colocadas ações que irão levar a pauta dos ODS para os municípios. Finalizou dizendo que o PPCS foi revisado em 2016 por uma consultoria, mas de lá para cá já houve outras mudanças e, por isso, serão analisadas as ações propostas para o 2º Ciclo com a finalidade de melhorar a estratégia para sua implementação.

A Coordenadora de Projetos Especiais – ODS, Miriam Barreto, destacou a importância do trabalho integrado da Comissão Nacional dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável com os órgãos de governo e com a sociedade civil, envolvendo também o setor privado e a academia. Disse que o trabalho inicial é construir essa integração entre os órgãos setoriais e que a CNODS mapeou as políticas pública setoriais e analisou sua vinculação com as metas dos ODS. Desse modo, considerou que se sabe agora quais são as lacunas e o que se precisará fazer para avançar na execução dessa agenda. Informou que a Comissão Nacional tem um Plano de Ação, que está no site, e conta com apoio de Câmaras Temáticas que irão gerar subsídios para favorecer a implementação das metas e contribuir com a interiorização dos ODS. Reforçou que é preciso levar a agenda para os municípios, onde a vida acontece, pois não serão alguns iluminados que conseguirão fazer a agenda acontecer. Finalizou falando que é preciso trabalhar de forma integrada, na medida em que essa agenda vai bem além do governo – é uma agenda de cada um de nós, enquanto cidadãos. O Brasil que você quer está em suas mãos, em seus gestos.

A oficina continuou com a realização de um painel sobre as agendas de Produção e Consumo Sustentáveis. Para esse fim, teve-se duas exposições:

- 1) O analista ambiental Pablo de Avila Saldo, do Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis – DPCS/SAIC/MMA, discorreu sobre o contexto do surgimento das novas agendas globais relacionadas ao tema de produção e consumo sustentáveis, após a elaboração do PPCS, e a sugestão do cenário PPCS 2030, com uma proposta de visão de futuro.
- 2) O Coordenador-Geral de Planejamento da Secretaria de Planejamento e Assuntos Econômicos – SEPLAN/MP, Rodrigo Ramiro, apresentou os instrumentos de planejamento federal e os ODS, com ênfase para o ODS 12, que trata de produção e consumo sustentáveis.

As duas exposições integram o **Item 2** deste produto e são apresentadas em arquivos à parte.

Durante as apresentações, foram levantadas as seguintes questões:

- Um programa que não tem nenhum incentivo fiscal? Em minha empresa, há oito anos que trabalhamos com coleta seletiva. Pagamos para trabalhar. Se não houver incentivos fiscais dentro desse programa, não iremos longe.
- Nosso interesse é o de encontrar uma sinergia institucional. Por isso, estamos criando este espaço para que a discussão se amplie com outros setores.
- Há necessidade de alinhamento entre as políticas federais e as iniciativas estaduais e municipais.
- Vários elementos que compõem essa visão de futuro já existem, como a oferta de crédito diferenciado e com foco na sustentabilidade.
- Essa visão de futuro indica um horizonte utópico.
- As ações que constam nos eixos temáticos estão como sugeridas, na fase de planejamento. Esta oficina irá rever essas ações e propor sua distribuição em curto, médio e longo prazos.

Após o painel, as pessoas foram orientadas sobre o passo seguinte, que envolveu a discussão em grupos sobre caminhos metodológicos para a implementação da Agenda PCS. Foram formados dois grupos, que tiveram apoio de uma dupla de mediação cada um.

Os grupos trataram das seguintes questões:

- Alinhamento dos eixos temáticos do PPCS com as metas do ODS 12 – Visão de Futuro!
- Sinergias com políticas, planos e iniciativas afins.
- Espaços, colegiados e parcerias potenciais.
- Estratégias para a implementação da Agenda PCS.

Cada grupo fez sua discussão sobre as questões e, ao final, as pessoas circularam pelo outro grupo para conhecer o painel com os resultados e apresentar comentários com uso de *post-it*. Após a visitação, fez-se um debate livre sobre os pontos essenciais que foram elaborados pelos dois grupos.

As principais questões trazidas no debate foram:

- Transição gradual para a produção sustentável. Colocar ciclos de implementação para que todo mundo possa chegar gradativamente a esse padrão de produção e consumo sustentável.
- Adequação da métrica de mensuração do alcance das metas do ODS 12. Temos que harmonizar com os interessados em torno do que se quer em relação à sustentabilidade e como vamos medir isso. Estamos avançando na criação de indicadores que possam verificar se o país está caminhando para um contexto de maior sustentabilidade. Por exemplo, precisamos verificar se as indústrias estão gastando muitos recursos naturais para gerar os produtos. Essa relação está equilibrada? Será que a indústria está sendo mais eficiente?
- Fazer um caminho conjunto, que articule todo mundo – governo deve dialogar com o setor privado. Não é adequado forçar um setor a desenvolver determinadas práticas quando os governos não estão assumindo seu papel de fazer a coleta seletiva, implantar aterros sanitários adequados e adotar incentivos fiscais consistentes, por exemplo.
- Não podemos deixar a agenda PCS cair. O foco deve ser o que precisamos fazer agora para que essa agenda continue a partir de 2019. Precisamos fazer um link desse PPCS com a competitividade e trazer o ODS 12 como um elemento aglutinador e como um compromisso global. Devemos afirmar que antes de ter ODS já tínhamos o PPCS. Resgatar este plano com o viés de ampliar a competitividade, alinhar com o ODS 12 e com o PPA para dar força e continuar. Esse deve ser o primeiro passo.

- É preciso louvar o trabalho de retomar esse debate no final deste ano, nesse contexto conturbado.
- Competitividade sustentável. O tema de PCS está diretamente ligado ao desenvolvimento do país.
- PPCS deve orientar para implementação do ODS 12 – vinculação necessária ao PPA 2020-2023.
- Precisamos socializar a informação para facilitar a tomada de decisão dos pequenos produtores para incorporar a sustentabilidade. Usar redes sociais, como Facebook e WhatsApp, que são mais ágeis, para divulgar as iniciativas de sucesso e induzir mudanças de atitude e de comportamento.
- Se todas as condições estiverem mantidas, o PPCS precisa ser mais ousado. Falta atacar legislação (envolver a ASPAR/MMA). Nunca fizemos um trabalho com a ASPAR para mapear a legislação e buscar uma discussão sobre os PLs que estão no Congresso e incidir sobre pautas que interessam aos setores, como é o caso da bitributação. Há cerca de 15 PLs em tramitação no Congresso que interessam à agenda PCS – ver ações de mapeamento do MRE.
- Nossa ambição é ter uma política de PCS. Mas, isso pode ser tentar abraçar o mundo com as pernas. Se formos atrás dos PLs, poderemos fortalecer instrumentos importantes. O CGPCS deveria fazer mapeamento dos Projetos de Lei relacionados à pauta de PCS e fazer estratégia de advocacy. Colocar o plano embaixo do braço e sair por aí, para pressionar os atores estratégicos.
- O plano tem uma estrutura institucional fraca, de ser apenas um instrumento do próprio Ministério. Mas, há muitas parcerias importantes e iniciativas relevantes. É preciso buscar capilaridade discutindo e apoiando instrumentos normativos associados ao tema.
- Pensar inclusão social e proteção ambiental. Ter um marco regulatório do PCS associado a outras políticas intersetoriais, tanto no sentido da competitividade quanto da inserção social, pois muitas pessoas excluídas acabam por sofrer os efeitos da insustentabilidade.
- O CGPCS precisa estar legitimado. Sem lastro, ele não tem força. Nesse momento, fortalecer o Plano é o caminho. A questão da competitividade não interessa apenas à indústria. O CGPCS deve assumir o papel de agir como interlocutor das demandas junto ao governo. Como exemplo, a busca de condições mais favoráveis para que os setores possam implementar determinadas ações.
- Falta um programa específico sobre resíduos sólidos no PPA da União – não tem plano, apesar da PNRS cobrar. Temos que ter uma estratégia de influenciar a elaboração do próximo PPA para incluir os temas ligados a PCS, como resíduos sólidos.

O momento seguinte foi a organização das estratégias sugeridas em termos de curto, médio e longo prazos. A consultoria fez uma organização inicial por proximidade temática e submeteu ao grupo, que fez algumas modificações nesse agrupamento para, em seguida, indicar o prazo adequado para que as iniciativas dentro de cada estratégia gerassem um resultado satisfatório. Durante o debate, foram apresentadas várias sugestões de alterações e acréscimos nas estratégias, que foram sistematizados em conjunto com as que foram elaboradas nos grupos.

Os resultados da Oficina, incluindo a organização das estratégias em termos de prazos, compõem o **Item 3** deste Produto e serão apresentados em arquivo separado.

Após essa etapa, o analista Pablo Saldo apresentou os próximos passos, que incluem: elaborar um documento para ser levado à Secretaria Executiva do MMA e ao Gabinete do Ministro, que apresente o processo de atualização do PPCS para refletir as definições do ODS 12 e convença as autoridades sobre a necessidade de dar continuidade à agenda de PCS; e concluir o planejamento estratégico do CGPCS – a 2ª Oficina será realizada em 12 e 13 de novembro de 2018.

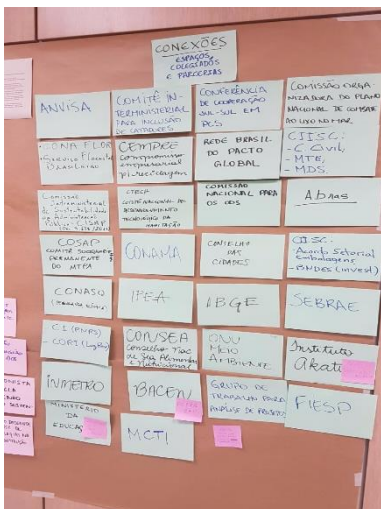
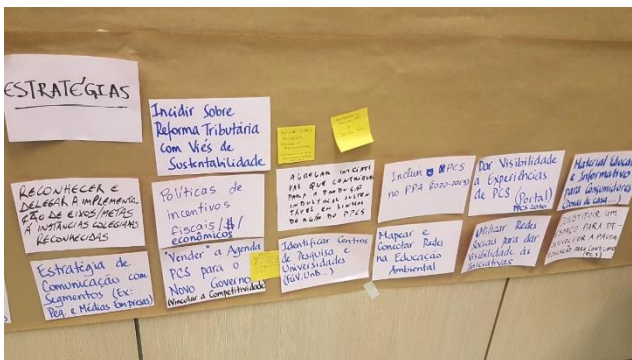
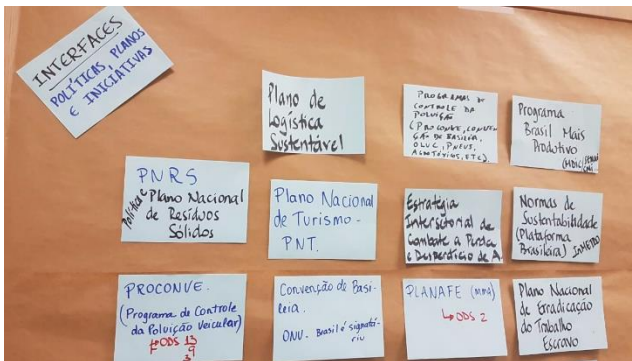
A avaliação da oficina foi realizada por meio da Técnica do radar com 5 dimensões, usando-se a gradação entre ruim, bom e excelente. Cada pessoa marcou, no painel, onde se situava a sua avaliação. O resultado da avaliação mostrou o seguinte:

- 1 – Resultados: concentração em torno da faixa BOM, com duas indicações para RUIM.
- 2 – Participação: concentração entre BOM e EXCELENTE.
- 3 – Metodologia: concentração entre BOM e EXCELENTE.
- 4 – Infraestrutura: concentração entre BOM e EXCELENTE, com duas indicações para RUIM.
- 5 – Perspectivas: distribuição equilibrada na faixa entre BOM e EXCELENTE e na faixa entre RUIM e BOM.

A atividade foi finalizada com a abertura para comentários livres das pessoas, que destacaram:

- A oficina teve o propósito de ampliar a discussão com diversos setores e superou as expectativas do DPCS.
- Parabéns pela organização e pelo alto nível do evento. Elogios à metodologia e à participação da equipe de mediação.
- Importância de estabelecer pontos focais de PCS nos órgãos da administração pública federal e demais organizações. Estudar a experiência relacionada aos ODS. O Ibama, por exemplo, possui um Comitê interno de ODS e pontos focais formalizados para os ODS. Isso será importante para dar voz, abrir portas e fazer eco nas instituições governamentais e na sociedade civil.
- Algumas propostas de institucionalização não serão possíveis neste momento. O DPCS está focado em apoiar a reestruturação do funcionamento do Comitê. Devemos fazer essa discussão com o Comitê sobre como manter o diálogo com os diversos setores. Discutir a institucionalidade dessa participação. Isso também está relacionado à ideia da Rede de PCS. Quando passarmos a turbulência da transição, poderemos nos debruçar sobre esses outros aspectos de institucionalidade.
- É interessante aproveitar o momento do planejamento estratégico dos órgãos que será no início do próximo ano.
- Sugestão para o CG considerar a formalização de uma carta do Ministro do Meio Ambiente até o final do ano reconhecendo a participação das organizações nesse processo.
- A avaliação dos resultados e perspectivas está muito atrelada à representatividade e muitos setores não estiveram presentes na oficina.
- A descontinuidade do processo entre 2016 e 2018 gera descrédito. Precisamos melhorar muito e rapidamente. Consolidar os resultados e repassar para todas as pessoas conhecerem e contribuir.
- A articulação intersetorial é um ganho e gera força para o processo do Comitê Gestor. Estamos para colaborar e fazer com que aconteça. Precisamos envolver mais os servidores que tocam essa agenda e que fazem com que ela passe de um governo para outro.
- A animação da rede é essencial para manter os compromissos de cada organização.
- Na Embrapa, o trabalho com a Meta 12.3 está bem encaminhado. Na internet, estão disponíveis vários e-books com a contribuição da Embrapa com cada um dos ODS.
- Iremos continuar trabalhando no IBGE com a construção das métricas, com a definição dos indicadores e a metodologia de mensuração dos resultados. Várias metas do ODS 12 ainda não tem indicadores bem definidos ou não têm metodologia consolidada.
- Várias pessoas / organizações colocaram-se à disposição da Secretaria Executiva do CGPCS para dar continuidade a esse trabalho.

REGISTRO FOTOGRÁFICO



Ministério fortalece consumo sustentável

mma.gov.br/informma/item/15167-ministerio-fortalece-consumo-sustentavel.html

Início do conteúdo da página

Oficina realizada em Brasília tem objetivo de alinhar plano de ação para produção e consumo sustentáveis aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

Publicado: Quinta, 18 Outubro 2018 19:45 Última modificação: Terça, 23 Outubro 2018 14:52

Crédito: Augusto Coelho/MMA



Rejane Pieratti: ação global para sustentabilidade

Brasília - Começou nesta quinta-feira (18) a Oficina Aberta sobre Produção e Consumo Sustentáveis (PCS), evento realizado pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA) e pela ONU Meio Ambiente. O objetivo da iniciativa é apresentar a Estratégia PPCS 2030, um conjunto de medidas que busca alinhar o Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) à Agenda 2030, em especial ao Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 12, que trata do tema.

Na abertura do evento, a secretária substituta de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental do MMA, Rejane Pieratti, salientou que essa não é uma iniciativa isolada brasileira. “É uma ação global da qual o Brasil faz parte, em que vários países estão juntos, cada um trabalhando em seus planos de produção e consumo sustentáveis”, reforçou.

Pablo Saldo, analista ambiental do Departamento de Desenvolvimento, Produção e Consumo Sustentáveis (DPCS) do MMA, explicou que a proposta da oficina foi fomentar o debate entre o conteúdo do PPCS, para delinear como ele se alinha ao ODS 12. “Também queremos identificar políticas que tenham correlação com outros fóruns que trabalhem temas presentes no PPCS”, completou.

O próximo passo, segundo Pablo Saldo, é montar uma síntese e propor uma reelaboração do plano. Essa é a Estratégia PPCS 2030. “Vamos levar para o Comitê Gestor os resultados desta oficina e, a partir disso, traçar novas estratégias de implementação para o plano”, detalhou Saldo. O encontro também ajudará a equipe desenvolver um rearranjo institucional para alavancar a agenda de produção e consumo sustentáveis.

QUALIDADE DE VIDA

O objetivo principal de estabelecer um processo de Produção e Consumo Sustentáveis (PCS) no Brasil é mudar o atual paradigma de produção e consumo no Brasil. Nesse sentido, a ideia é fomentar dinâmicas e ações no presente e no médio e longo prazo. Com isso, espera-se que a qualidade de vida da população aumente consideravelmente, além de dar suporte à proteção ambiental. Os resultados serão verificáveis e aperfeiçoados ao longo da implementação do Plano.

Os conceitos do Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis (PPCS) estão alinhados a acordos internacionais dos quais o Brasil é signatário em diversas áreas, como erradicação da miséria, combate à mudança do clima, gestão de resíduos sólidos, gestão de recursos hídricos e proteção da biodiversidade.

Assim, o PPCS foi estruturado para potencializar e dar escala a ações já existentes, como projetos demonstrativos e ações pontuais. Um dos desafios principais é disseminar o conceito de produção mais limpa e de consumo sustentável, hoje ainda restrito a um número pequeno de empresas e consumidores. "O PPCS quer organizar e valorizar essas ações, bem como aumentar seu número e qualidade", resume Pablo Saldo, analista ambiental do DPCS.

SAIBA MAIS

Vejas as diretrizes do PPCS:

- Estabelecimento de ciclos curtos de implementação e revisão, a cada quatro anos
- Vertebrar ações existentes que já vêm sendo implementadas
- Reconhecer o esforço do setor privado na melhoria de suas operações
- Promover ações em que o Estado se engaje em práticas mais sustentáveis
- Buscar sinergias diretas e verificáveis com as principais políticas nacionais de desenvolvimento sustentável

Por: Gláucia Chaves/MMA

Assessoria de Comunicação Social (Ascom/MMA)

(61) 2028-1227/ 1311/ 1437

Este endereço de email está sendo protegido de spambots. Você precisa do JavaScript